

---

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

00.375.972/0001-60

**Nome da instituição**

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**Setor**

Gabt-1

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

Suziane Passos Alves de Sousa

**Telefone**

(61)3411-7122

**E-mail**SUZIANE.CASTRO.COLABORADOR@INCRA.GOV.BR**Destinatário:****Nome**

ROSA MARIA WEBER

**Setor**

Presidência

**Descrição do documento**

Resposta ao Ofício nº 210/GP/2023 - SEI nº 02433/2023 - Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

**Anexos**

OFÍCIO Nº 29154-2023-GABT-1-GABT-GAB-P-SEDE-INCRA-INCRA.pdf

II-Termo-de-Cooperacao-Tecnica-3.pdf

I-Oficio-Circular-no-210-GP-2023.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70057-900  
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 29154/2023/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência a Senhora  
Ministra **ROSA MARIA WEBER**  
Presidente  
Conselho Nacional de Justiça - CNJ  
SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Blocos E e F  
70.070-600 - Brasília/DF  
<https://formularios.cnj.jus.br/protocolo-eletronico/>

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 210/GP/2023 - SEI nº 02433/2023 - Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.046036/2023-63.

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentá-la, faço referência ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, assinado entre esse Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), no qual solicita a formalização do interesse deste Instituto em aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.
2. Nesse contexto, encaminha-se o Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, referente aos Serviços da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal (anexo II) devidamente preenchido e assinado, para fins de prosseguimento do feito.
3. Renovando os votos de estima e consideração, esta Autarquia mantém-se à disposição.

Respeitosamente,

**ANEXOS:**

- I - Ofício-Circular nº 210/GP/2023 (16497806).
- II - Termo de Cooperação Técnica 3 (16526780).



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente**, em 06/06/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16543589** e o código CRC **738D82CD**.

---



**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

PRESIDÊNCIA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F, Brasília - DF, CEP 70070-600

[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

Ofício nº 210/GP/2023

Brasília, 17 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Brasília - DF

*presidencia@incra.gov.br*

Assunto: **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, conforme já mencionado em contato mantido entre a assessoria da Presidência deste Conselho e a sua assessoria, informo que juntamente com o CNJ, assinaram o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, referente ao **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).

A primeira itinerância está prevista para acontecer no período de **17 a 21 de julho** deste ano, em localidade a ser definida pelas instituições participantes, e, objetivando a cooperação interinstitucional para a garantia do pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na região, **solicito a formalização do manifestado interesse dessa Instituição em aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Assim, para sua apreciação, compartilho oficialmente cópia do referido instrumento de cooperação e a minuta do Termo de Adesão.

Em tempo, solicito que a resposta seja encaminhada por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>), fazendo referência ao SEI nº 02433/2023, com o Termo de Adesão em anexo devidamente preenchido e assinado.

A assinatura pode ser feita, preferencialmente, de forma eletrônica pela organização e, caso seja feita de forma física, deve ser encaminhado também o documento de identificação para fins de validação da assinatura.

Ressalto que o plano de trabalho está em processo de construção e será compartilhado com todos os órgãos aderentes ao Termo de Cooperação Técnica após finalizado.

Certa de poder contar com a colaboração de Vossa Senhoria, reitero o meu especial apreço.

Ministra **ROSA WEBER**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PIRES WEBER, PRESIDENTE**, em 17/05/2023, às 20:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj.br) informando o código verificador **1563254** e o código CRC **1F8007B2**.

Anexos:

TCT nº 03/2023 (1520354)

Minuta do Termo de Adesão (1551661)

**Atenção:** Favor encaminhar resposta a este Ofício por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2023**

**TERMO DE ADESÃO AO  
TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA Nº 03/2023,  
REFERENTE AOS  
SERVIÇOS DA JUSTIÇA  
ITINERANTE  
COOPERATIVA NA  
AMAZÔNIA LEGAL.**

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, com Sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.375.972/0002-41, neste ato representado pelo Presidente **CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI**, nomeado por meio da Portaria/MDA/nº 2.088, de 22 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 seguinte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI**, Presidente do INCRA, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I - Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II - Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III - Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV - Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V - Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

**1. ATUAÇÃO COORDENADA**

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA** desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

## 2. **GESTOR(A) LOCAL**

Indica para gestor(a) local do presente instrumento o(a) Sr(a). **WÂNIA MARIA DAS GRAÇAS PONTES MARAMALDO**, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, endereço eletrônico: **wania.maramaldo@incra.gov.br**, telefone **(92) 994190215**, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

## 3. **VIGÊNCIA**

O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

## 4. **RESPONSABILIDADES**

### 4.1. **São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ:**

I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

### 4.2. **São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP:**

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

### 4.3. **São responsabilidades gerais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:**

I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

## 5. PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/21.



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente**, em 12/06/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16526780** e o código CRC **AF5DE72B**.